

PROGRAMA

INTRODUÇÃO E DIRETRIZES BÁSICAS

“Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido”.

Os abaixo assinados, conscientes de suas responsabilidades na vida pública e imbuídos da seriedade da opção que assumem neste momento, dirigem-se aos brasileiros de todas as classes e regiões para anunciar a decisão de se unirem num novo partido político: o Partido da Social Democracia Brasileira.

Partidos de verdade não se criam a qualquer momento ou por qualquer pretexto. Se muitos de nós decidimos deixar as agremiações a que pertencíamos e com as quais nos identificamos ao longo de toda uma trajetória de lutas, é porque fatos graves nos convenceram da impossibilidade de continuar defendendo de maneira consequente aquilo em que acreditamos dentro do atual quadro partidário.

Em algumas semanas uma nova Constituição deve ser promulgada no Brasil. Com todos os defeitos que se possam apontar, ela contém avanços importantes em relação aos direitos e garantias individuais e coletivos; assegura ampla liberdade política; possibilita o revigoramento da Federação e uma divisão mais equilibrada dos Poderes; expressa uma preocupação clara com o resgate da “dívida social”.

Por tudo isso, o momento da promulgação da nova Carta deveria ser de otimismo e confiança no futuro do País. Infelizmente, é outro o clima que se respira hoje no Brasil. Enquanto o amanhã desenhado pela Constituinte ainda é uma carta de intenções, cresce por toda parte a decepção com a Nova República. Mesmo sem ser causadora dos problemas econômicos e sociais que afligem os brasileiros - problemas que têm raízes fundas no passado e se agravaram nos vinte anos do regime autoritário - , ela se mostra incapaz de resolvê-los ou sequer de apontar soluções convincentes.

A decepção veio no refluxo da onda de esperança que varreu o Brasil com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Mesmo com a perda de Tancredo, a Nova República se instalou cercada de um respaldo social tão amplo que parecia assegurar a concretização das reformas prometidas na campanha das “diretas-já”.

Em seu primeiro ano, o Governo presidido por José Sarney, com a sustentação política da aliança democrática, deu passos no sentido da institucionalização da democracia, culminando com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Desafortunadamente, o impulso de mudança parou aí. Porque preferiu aderir às estruturas autoritárias do Estado em vez de reformá-las, o Governo deixou que as políticas sociais alardeadas se esvaíssem na ineficiência burocrática, no empreguismo, no clientelismo e na corrupção. Foi incapaz de manter uma estratégia de negociação da dívida externa coerente e compatível com taxas razoáveis de crescimento interno; promoveu o Plano Cruzado mas sem complementá-lo com o ataque às causas estruturais da inflação; aumentou a desorganização do investimento público; e ainda agora parece oscilar entre as tentações do populismo e a política recessiva ditada pelos credores externos. No plano político, dedicou-se a enfraquecer e desbaratar os partidos que lhe davam sustentação. Em

vez de cooperar com a Constituinte, fez o possível para confundi-la, manipulá-la, desmoralizá-la - tudo para estender por mais um ano um mandato destituído de legitimidade fora dos marcos da transição, a qual deveria terminar com a promulgação da nova Carta e a imediata convocação de eleições diretas para a Presidência da República.

Assim a Nova República envelheceu precocemente, até decretar sua própria morte política com a postergação das eleições presidenciais.

Hoje o Brasil vive entre parênteses. A economia permanece estagnada, os salários achatados, a questão da dívida externa sem solução, a inflação no limiar do descontrole. O desgoverno exacerba pressões corporativistas, comprometendo ainda mais a eficiência e as finanças do setor público e fazendo o peso maior da crise recair precisamente sobre as camadas mais indefesas da população. A troca de favores virou moeda corrente na política e a corrupção, sem os tapumes do autoritarismo, se exhibe aos olhos e ouvidos da Nação enjoada, desmoralizando os poderes públicos e lançando descrédito sobre a atividade política em geral.

Nesse processo, o PMDB, ao qual cabia a maior parcela de responsabilidade pelos rumos da transição, sucumbiu lamentavelmente.

Receoso de enfrentar suas divergências internas, deixou de tomar posição ou ao mesmo de debater as políticas de governo a que deveria dar sustentação. Invaso por oportunistas, dividiu-se desde os primeiros embates da Constituinte. Envolvido no jogo da ocupação de “espaços” na máquina governamental, acabou fornecendo massa de manobra ao continuísmo de oligarquias decrépitas e de burocratas acostumados ao mando irresponsável. Numa palavra, arenizou-se, atrelado a um governo que deixou de ser constituir no primeiro da Nova República para se fazer o último da velha República.

II

Hoje, para sustentar politicamente medidas que assegurem a retomada do desenvolvimento, para dar início às reformas inadiáveis e prosseguir a construção da democracia, é preciso mais do que uma mera legenda eleitoral que abrigue forças heterogêneas. Por isto, tornou-se imperativo reunir brasileiros que se comprometam com um ideário simples e claro de reformas e que aceitem conscientemente participar de um **partido**, no qual a fidelidade aos princípios programáticos, a começar pela democracia interna, dê ao eleitor a garantia de que seu voto não será traído.

Nasce assim, na adversidade, o Partido da Social Democracia Brasileira: contra um governo que traiu a transição democrática, contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação. Nasce longe das benesses oficiais mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança.

Amplamente para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo - por exemplo, liberais progressistas, democratas cristãos, social-democratas, socialistas democráticos -, o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro.

Diferentemente dos populistas de ontem e de hoje, entendemos que a preocupação com uma distribuição justa da renda e da riqueza exige definição clara das prioridades das políticas públicas e estímulo à eficiência na produção, sem o que não há medidas distributivas

que se sustentem. Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil.

Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados. Por isso, na concepção de democracia do PSDB, a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requer transparência da informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas.

Inspirado nesse ideário, o PSDB será contido nas promessas para criar perspectivas sem despertar ilusões. Será claro em seus objetivos; profundamente democrático em sua vida inteira; inflexível no propósito de representar sem deformar nem mistificar aqueles que lhe derem o voto; independente dos favores dos governos para poder ser coerente e competente ao governar.

As plataformas democráticas e progressistas têm sido lugar-comum no artificialismo da vida política brasileira. As palavras de um programa nada valem se não forem acompanhadas de ação. Conscientes disto, temos tanta preocupação com os critérios de aceitação de adesões e os padrões de comportamento dos nossos militantes quanto com as propostas partidárias.

As filiações em massa têm sido um veículo de atrelamento dos partidos às máquinas governamentais. No PSDB, ninguém poderá votar nem ser votado para cargos partidários pelo simples fato de haver assinado uma ficha de inscrição. Haverá um estágio para que o filiado possa demonstrar sua disposição de militância participando regularmente das atividades do Partido.

Não haverá delegados permanentes - outra fonte de aliciamento e fisiologismo que desvirtua a democracia interna. A alternância dos dirigentes e o princípio de direção colegiada serão observados em todos os níveis. Os órgãos de direção não serão integrados apenas por parlamentares, mas também por representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil.

As linhas de ação do Partido, baseadas nas diretrizes estabelecidas no programa, serão atualizadas a cada dois anos, numa convenção nacional precedida de ampla consulta às bases partidárias.

Mais do que as palavras do programa, esperamos que valha o testemunho da vida pública dos que subscrevem este documento, com o firme propósito de fazer do PSDB um instrumento para a construção da sociedade democrática, próspera e justa, tantas vezes prometida e tantas vezes negada a sucessivas gerações de brasileiros. Ainda mais que os propósitos dos fundadores hão de valer a maturidade, o espírito crítico, a dedicação de milhares de militantes que hoje esperam com impaciência uma alternativa partidária. Da força dessa militância, mais que tudo, nos vem a certeza de que a mensagem que nos reúne hoje terá eco na sociedade brasileira.

DIRETRIZES BÁSICAS

Democracia: valor fundamental

A democracia para o PSDB é muito mais que uma palavra vaga ou uma formalidade. Ela é um valor fundamental - o estuário para onde correm as energias progressivas no mundo contemporâneo; o padrão de convivência civilizado para o qual se voltam as esperanças de homens e mulheres de diferentes países, de diferentes sistemas econômicos, de diferentes concepções políticas, filosóficas, religiosas.

O primeiro objetivo do PSDB é a efetiva realização da democracia como único regime que garante a dignidade da pessoa humana. Em defesa desse objetivo, o PSDB envidará todos os esforços, buscará aliança com outros partidos e forças organizadas da sociedade e se oporá a qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias, sejam elas dominadas por um partido, por corporações estatais ou por qualquer espécie de autocrata.

A democracia moderna é participativa e pluralista. Envolve a participação crescente do povo nas decisões políticas e na formação dos atos de governo. Respeita o pluralismo de idéias, culturas e etnias. Pressupõe, assim, o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes na sociedade. Exclui os sectarismos e a violência política a qualquer título. Por assim entender, o PSDB se baterá pela descentralização do poder político, pelo respeito e autonomia das organizações da sociedade civil e pela ampliação dos canais de informação, discussão e consulta à população nas decisões de interesse público, como pressupostos da adoção crescente de novas formas de exercício direto da cidadania que qualifiquem e validem os mecanismos clássicos da democracia representativa. E cultivará a negociação como método de solução dos conflitos em todos os níveis.

Outra dimensão essencial da concepção democrática do PSDB é seu conteúdo social: o modo democrático de convivência não condiz com a manutenção de desigualdades sociais profundas, nem depende apenas do reconhecimento formal de certo número de direitos individuais, políticos e sociais. Ele reclama a vigência de condições econômicas que possibilitem o pleno exercício desses direitos. Por isto o PSDB lutará pela transformação das estruturas econômicas e sociais brasileiras e haverá de incorporar a luta por igualdade efetiva de todos os que sofrem discriminação na sociedade, notadamente as mulheres, os negros, os índios e os idosos.

Parlamentarismo: pelo aperfeiçoamento da democracia

A Assembléia Nacional Constituinte manteve o presidencialismo, mas deu ao País a oportunidade de tomar decisão final sobre seu sistema de governo daqui a quatro anos, através de um plebiscito e de uma revisão da Constituição.

É preciso que haja um amplo debate nacional sobre o assunto. Desde logo o PSDB toma posição: defenderá a adoção do parlamentarismo.

O parlamentarismo fortalece os partidos e assegura ao Legislativo participação responsável nas grandes decisões nacionais. Permite mudanças de governo sem provocar crises institucionais. É essencialmente um regime de programas, discutidos e definidos publicamente com o apoio da maioria dos representantes da Nação, ao contrário do

presidencialismo, que tende a ser o regime do poder unipessoal e das decisões a portas fechadas, num convite permanente ao fisiologismo político.

A adoção do parlamentarismo representará, assim, um passo importante para a consolidação do sistema partidário, o fortalecimento do Legislativo e a reestruturação do Executivo - em suma, para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Justiça social: meta do desenvolvimento

A suprema injustiça social é a miséria. Num país com o grau de desenvolvimento já alcançado pelo Brasil, não é só injusto, é indecente que mais de um terço da população viva na miséria absoluta. Pagar a dívida do País para com esses brasileiros, no horizonte de vida da atual geração, é o objetivo maior do projeto nacional de desenvolvimento defendido pelo PSDB.

Justiça social não se confunde com paternalismo. A valorização social do homem se dá no exercício do trabalho produtivo. Por isto o PSDB encara a expansão das oportunidades de trabalho e de emprego produtivo como um objetivo primordial de política econômica, e apoiará a implantação de programas de formação profissional e de um verdadeiro seguro-desemprego.

As desigualdades regionais são um aspecto inseparável da pobreza, da concentração da renda e da riqueza em nosso País. O PSDB apoiará decididamente políticas de desenvolvimento regional, cujos benefícios cheguem diretamente ao povo, e não a oligarquias.

Aspecto dramático da dívida social brasileira é o aviltamento das condições de trabalho e remuneração do trabalhador e dos proventos dos aposentados. O PSDB estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações, não com a pretensão de conduzi-las, mas a fim de assegurar e incentivar a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, e as dimensões fundamentais da autonomia sindical: liberdade de organização sindical sem interferência do Estado, liberdade do trabalhador de aderir ou não ao sindicato, liberdade de atuação do sindicato na defesa de suas reivindicações, liberdade de filiação do sindicato a entidades de grau superior.

Educação, cultura

O PSDB lutará pela expansão do ensino público e pelo cumprimento do princípio segundo o qual a educação é direito de todos e dever do Estado.

A gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática do ensino e a valorização dos educadores serão metas da política educacional do Partido. A autonomia da universidade será defendida tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do País. A liberdade de criação e difusão da cultura serão defendidas na atuação pública e praticadas na vida interna do Partido, partindo do princípio de que a expressão artística e intelectual não pode estar sujeita a nenhuma forma de regulamentação limitativa nem à censura.

Seguridade social

O PSDB preconiza, como condição essencial à concretização da justiça social, a construção de um sistema de segurança social compatível com os postulados da dignidade da pessoa humana. A política de saúde pública, inscrita na de seguridade social, deverá enfatizar, na sua organização, execução e controle, a descentralização e, onde se fizer necessário, a participação da comunidade na orientação dos serviços.

Crescimento econômico com distribuição de renda

O crescimento econômico rápido e sustentado é condição necessária para a erradicação da miséria e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Isto não implica em adiar a divisão mais justa da renda para um futuro remoto. Implica, sim, em saber que o crescimento e a distribuição da renda exigem grandes esforços, elevados investimentos, tecnologia moderna e eficiência na utilização dos recursos.

Nada disso se consegue sem competitividade. Por isto o PSDB valoriza a ação inovadora do empresariado como fator de desenvolvimento, batendo-se por regras claras e estáveis e por políticas que estimulem a livre iniciativa sem paternalismo nem privilégios de natureza cartorial.

A propriedade privada dos meios de produção constitui a base do sistema econômico brasileiro, devendo ser garantida na medida em que atenda ao princípio da sua função social e se harmonize com a valorização do trabalho e do trabalhador. Nem por isto se pode desconhecer a multiplicidade das formas de organização da produção, mesmo no setor no privado da economia, como é o caso das formas cooperativistas, que merecem reconhecimento e estímulo.

De todos os lados, no mundo de hoje, a busca da inovação tecnológica, da eficiência, aponta para a integração soberana ao sistema econômico internacional. Para o PSDB, soberania nacional não pode ser sinônimo de autarquia, de isolamento econômico, de criação de “cartórios” que exploram o povo, cultivam a ineficiência e freiam a acumulação de capital. Soberania deve significar capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração à economia mundial.

A soberania exige a definição das prioridades nacionais em matéria de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Só com prioridades claras saberemos evitar tanto o protecionismo fútil como o aberturismo irresponsável. Com escassas possibilidades de captação de recursos externos no futuro imediato e com sua capacidade de poupança interna deprimida, o Brasil precisa ser altamente seletivo nos investimentos em pesquisa e recursos humanos e na absorção de tecnologias do exterior. Reservas de mercado formais ou informais são um recurso válido, nesse contexto, como medidas temporárias, nunca como privilégio permanente para determinados setores ou grupos empresariais em detrimento do conjunto da sociedade.

Os desafios da inflação e da dívida externa

A solução duradoura do problema da dívida externa é fundamental para o desenvolvimento brasileiro. O PSDB entende que tal solução requer, além de prévia auditoria, uma estratégia que não prive o País da poupança interna necessária à retomada do crescimento e preserve a soberania nacional em relação à política econômica interna.

Tanto quanto o estrangulamento externo, a inflação é incompatível com qualquer projeto de desenvolvimento a longo prazo. O Brasil não poderá prosseguir por muito tempo na “fuga para adiante” em relação à espiral inflacionária. A inflação fomenta o investimento especulativo no lugar do produtivo, castiga os setores mais desprotegidos da população, dificulta o cálculo econômico, acarreta, enfim, instabilidade econômica e inquietação social.

O equacionamento da dívida externa é, ele mesmo, uma condição crítica para o controle da inflação. Medidas corajosas têm de ser tomadas em pelo menos três frentes: o reequilíbrio das condições de financiamento do setor público, uma reforma do sistema financeiro acompanhada de políticas monetárias apropriadas, e uma adequada administração dos preços fundamentais da economia. A partir daí será possível, a médio e longo prazos, encaminhar medidas de estímulo à produção compatíveis com a redistribuição de renda e taxas de crescimento elevadas sem reaquecimento da inflação.

Mas nada disso será conseguido, no curto prazo, sem resistência por parte dos credores externos e dos setores internos que hoje se beneficiam da inflação. Por isto o enfrentamento destes dois desafios tem, para o PSDB, um pressuposto político: um governo revestido de legitimidade, autoridade, eficiência, clareza de objetivos e visão nacional - hoje inexistentes - para falar em nome do interesse brasileiro no exterior e arbitrar internamente os sacrifícios necessários à retomada do crescimento sustentado.

A reforma do Estado

Simultaneamente ao enfrentamento dos desafios imediatos da inflação e da dívida externa, é preciso atacar com firmeza a reforma das estruturas do Estado, cuja necessidade todos reconhecem mas em relação à qual se tem falado muito e agido pouco.

O Estado brasileiro aplica hoje na área social uma parcela do Produto Interno Bruto maior do que os outros países na mesma faixa de renda por habitante, mas apresenta indicadores básicos de condições de vida, como mortalidade infantil, piores do que os desses países. A conclusão é clara: é fundamental dar prioridade ao social na distribuição do gasto público, mas é preciso também que os recursos aplicados cheguem de fato à população carente, convertendo-se com a máxima eficiência em melhores condições de alimentação, saúde, educação, habitação, transportes coletivos e meio ambiente. Isto requer ação política tenaz do Executivo e do Legislativo, nas esferas da União, dos estados e dos municípios, envolvendo uma ampla reforma do setor público.

Em defesa das camadas mais carentes da população e por uma questão de respeito aos contribuintes, o PSDB combaterá duramente o clientelismo, a ociosidade, a duplicação de órgãos e funções, as distorções salariais. Enfim, todo um quadro tradicional de aberrações que se agravou no período autoritário e que o atual Governo mostra-se incapaz de enfrentar. E o fará, não com espírito de perseguição, mas certo de que a valorização da eficiência, a observância estrita do princípio do concurso público e de critérios objetivos de promoção, a hierarquização racional de funções e salários significam o restabelecimento da dignidade do servidor público.

A descentralização de recursos, funções e encargos da União para os estados e municípios, é outra condição imprescindível, tanto para a democratização das decisões como para o melhor atendimento das necessidades básicas da população. Por isto os integrantes do PSDB na Constituinte se bateram pelo fortalecimento político e econômico

da Federação, e atuarão para consolidar esses avanços na legislação ordinária e na prática administrativa.

Mais do que reforma administrativa em sentido estrito, se impõe hoje no Brasil uma reestruturação profunda da máquina do Estado, abrangendo tanto a administração direta como a indireta. A gestão da área estatal da economia precisa ser realmente pública, isto é, aberta ao controle da sociedade. As empresas que devam permanecer estatais - por sua importância estratégica, ou em função do tipo de demanda que atendem ou da ação inovadora em setores que necessitem ser impulsionados - não de obedecer a padrões rigorosos de eficiência na sua gestão corrente, livres do empreguismo e do desperdício, e a critérios de estrito interesse público, democraticamente definidos nos seus planos de expansão.

As prioridades do gasto público, incluindo toda sorte de benefícios fiscais e creditícios, devem ser estabelecidas de maneira democrática, e sua execução rigorosamente fiscalizada. A nova Constituição cria amplas condições para esse controle. O PSDB se empenhará para que os mecanismos constitucionais sejam efetivamente aplicados, a começar por uma revisão dos benefícios citados, que hoje são um importante componente do déficit público.

Os avanços da Constituição no campo tributário também precisam ser consubstanciados mediante uma ampla revisão da atual legislação. É preciso assegurar politicamente o fortalecimento da Federação e racionalizar a transferência de recursos e encargos aos estados e municípios. Além disso, impõem-se mudanças substanciais na distribuição da carga tributária, que onera proporcionalmente muito mais os contribuintes com menor nível de renda (hoje quem ganha um salário mínimo paga cerca de um terço do seu rendimento em impostos; quem ganha 100 salários mínimos paga em torno de 15 por cento). Essa aberração precisa ser corrigida mediante uma gradual inversão das proporções dos impostos indiretos e diretos na carga tributária.

Paralela e complementarmente, é indispensável uma profunda revisão de todos os incentivos fiscais, a extinção de privilégios injustificáveis desfrutados por alguns setores (como, aliás, prevê a nova Constituição) e uma ampla simplificação e modernização do sistema de cobrança de impostos, a fim de baratear a arrecadação e diminuir a imensa sonegação hoje existente.

Reforma agrária e política agrícola

O PSDB defende uma política de reforma agrária que assegure a exploração racional da terra, subordinada à sua função social, e contribua para elevar os níveis de emprego e de renda dos trabalhadores rurais. Tal política terá de combinar tributação progressiva e desapropriações de acordo com as peculiaridades de cada região, de modo a garantir melhor distribuição das terras.

Haverão de se combinar também critérios de conveniência econômica, equidade social e defesa do meio ambiente a fim de assegurar a modernização da produção e coibir formas selvagens de exploração da terra e da mão-de-obra, especialmente em áreas de fronteira agrícola e em zonas já intensamente ocupadas, como certas áreas do Nordeste.

Do ponto de vista do PSDB, tal política não é excludente mas, ao contrário, deve complementar medidas nas áreas de crédito, preços, transportes, armazenagem, seguros, comércio exterior e pesquisas, com vistas à expansão continuada da produção de alimentos, no contexto de um plano agropecuário plurianual.

Reforma do sistema financeiro

O sistema financeiro nacional não tem se adequado às necessidades do desenvolvimento da economia. Isto se evidencia claramente pela intermitente alta taxa de juros e a incapacidade do segmento financeiro privado de prover empréstimos de longo prazo para investimentos produtivos. Estamos num país em que a simples previsão correta da taxa oficial de inflação de um mês determinado assegura ganhos financeiros totalmente desvinculados de qualquer critério econômico socialmente aceitável. Na prática, o sistema financeiro tem operado, de forma crescente, como instrumento de defesa e especulação para os detentores de poupança - especialmente os maiores - e de grandes saldos de caixa.

É o Governo que remunera as aplicações, seja para financiar seus déficits, seja para absorver excessos de liquidez que julga detectar. Por isso, a reforma do sistema financeiro supõe uma ampla reorganização das finanças públicas, hoje à beira do caos, e a contenção da inflação galopante. Supõe também a melhora da eficiência operacional das instituições financeiras públicas e privadas, muitas das quais funcionariam com prejuízo se não houvesse inflação, ou seja, seriam empresarialmente inviáveis.

Preservação dos recursos naturais: compromisso com o futuro

Usados como recursos a fundo perdido, os recursos naturais e o meio ambiente - incluindo o espaço urbano - se deterioraram numa escala assustadora no Brasil nos últimos decênios. Existe uma consciência crescente da gravidade dessa situação, sobretudo entre a juventude. Existe também uma repulsa generalizada às tentativas de usar a miséria de parte da nossa população e a premência do crescimento econômico como desculpas para a dilapidação dos recursos naturais e do meio ambiente. O PSDB encara a preservação ambiental como um requisito básico do bem-estar social e um compromisso indeclinável com as gerações futuras.

Do mesmo modo, o Partido defenderá uma política urbana que conduza à redução da segregação social nas grandes cidades e à ocupação racional do solo, combatendo a especulação imobiliária mediante tributação progressiva e uma adequada política fundiária.

Com o empenho do PSDB, os mecanismos que estão sendo introduzidos pela nova Constituição nesse terreno, ampliando as possibilidades de ação dos poderes públicos e da sociedade, serão efetivamente aplicados e aprimorados.

Presença ativa no cenário internacional

O PSDB entende que a política externa tem uma importância estratégica para o desenvolvimento do País. O Brasil deve continuar a marcar sua presença no cenário internacional pelo diálogo e por formas de relacionamento externo baseadas na cooperação e na não-confrontação. Os objetivos tradicionais de longo prazo da política externa brasileira - soberania, autodeterminação, segurança e integridade territorial - deverão ser afirmados

no desempenho de um papel mais ativo da nossa diplomacia em questões como integração latino-americana e a dívida externa, assim como nas gestões a favor da paz mundial.

25-06-88

Publicado no Diário Oficial da União – Seção I, de 6 de julho de 1988, págs. 12508/
12510)